

S. Bernardo aprova aumento de 10% a 23% para servidores

S. Bernardo aprova aumento de 10% a 23% para servidores

Reajustes serão escalonados conforme as faixas salariais; Prefeitura também eleva de R\$ 220 para R\$ 440 mensais o auxílio-alimentação

WILSON MOÇO

wilsonmoco@dgab.com.br

A Câmara de São Bernardo aprovou na manhã de ontem – por 25 votos a zero –, em sessão ordinária, projeto do Executivo que prevê aumento salarial aos servidores públicos que varia entre 10% e 23% já a partir de amanhã. O texto encaminhado pelo governo do prefeito Orlando Morando (PSDB) promove reajuste escalonado ao funcionalismo: aos que recebem em torno de R\$ 1.500 o adicional é de 23%, para quem tem vencimentos entre R\$ 1.976 e R\$ 2.176 o acréscimo será de 19% e 18%. A última categoria a ser contemplada é a dos servidores com vencimentos de R\$ 7.417,50 (10% de aumento). O plano atingirá 88% do quadro de servidores, com cerca de 12 mil funcionários ativos.

O pacote inclui aumento de 100% no valor do auxílio-alimentação, que passará de R\$ 10 para R\$ 20 por dia, totalizando R\$ 440 mensais (22 dias trabalhados), em valor líquido, ou seja, sem desconto na folha ou incidência no Imposto de Renda. Para isso, será



DATA DEFINIDA. Novos valores passam a valer a partir de amanhã

feita alteração na lei municipal 4.068/1994 para tirar do servidor o custeio do benefício.

Atualmente, o desconto do auxílio varia de 10% a até 40%, em índice proporcional à sua remuneração. Este é o segundo reajuste do auxílio em 28 anos – o primeiro ocorreu em 2013.

“Durante dois anos, devido à legislação federal, não pudemos aplicar reajustes para servidores. Foi uma decisão nacional, considerando o estado de pandemia que enfrenta-

mos. Para o exercício de 2022, aplicamos o princípio de justiça, ou seja, quem tem o menor salário automaticamente teve o maior aumento nos rendimentos. Fizemos o máximo possível dentro da lei”, destacou o prefeito Orlando Morando.

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

São Bernardo também está em linha com a portaria 377/2020, de 8 de junho de 2020, da STN (Secretaria do Tesouro Nacional), que dita

que para o exercício de 2022 deverão ser somadas as despesas com pessoal das OSCs (Organizações da Sociedade Civil), que atuam na atividade-fim do ente da federação e que recebem recursos financeiros da administração pública.

No caso específico do município, a medida valerá aos colaboradores da FUABC (Fundação do ABC), honorários dos procuradores e professores das creches conveniadas. Os profissionais destas categorias também terão reajuste de 6% nos seus vencimentos.

SINDICATO

Presidente do Sindiserv-SBC (Sindicato dos Servidores e Empregados Públicos Municipais e Autárquicos de São Bernardo), Dinailton Souza Cerqueira aponta que o projeto de reajuste salarial concede 6% de correção, índice bem distante dos cerca de 20% pedidos na pauta do dissídio da categoria – cuja data-base é em 1º de março –, referentes à inflação acumulada de 2020 a 2022.

“Essa manobra de incluir o aumento no auxílio-alimentação e falar em aumento de 10% a 23% escalonado é uma enganação. Na verdade, teremos 6% de reajuste, o que nos deixa com uma perda de aproximadamente 13% em relação à inflação”, reclama o dirigente.

Os dois projetos aprovados ontem pela Câmara representam apenas dois dos 14 itens da pauta da campanha salarial entregue pelo sindicato à administração. Entre as reivindicações não atendidas pelo Paço, a entidade cobra plano de saúde de melhor qualidade aos servidores. Dinailton lembrou que a categoria está em estado de greve desde o dia 25, e que amanhã, às 19h, nova assembleia definirá os próximos passos.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política/Regional/Nacional/Internacional **Página:** 4